

- Cada um dos itens da prova objetiva P_2 está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva P_2 .
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P_2 -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca da história da arquitetura e da preservação do patrimônio arquitetônico, julgue os itens subsequentes.

- 1 Cemitérios municipais não constam da lista de possíveis integrantes do livro de tombamento do IPHAN, integrado por monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- 2 No Brasil, pinturas e pequenos reparos em imóveis tombados podem ser realizados sem o aval do IPHAN, o qual é exigido especificamente em casos de demolições e reformas.
- 3 A linguagem da antiguidade clássica é a principal variante da arquitetura gótica desenvolvida no mundo ocidental.
- 4 A Carta de Veneza elevou a importância patrimonial de sítios urbanos e rurais ao mesmo nível de importância dado a edifícios isolados.
- 5 A Carta Patrimonial de Atenas estimulou escolas e professores a abordarem, em meio a seus conteúdos, o respeito e a preservação de monumentos arquitetônicos e paisagísticos.

No que diz respeito a projetos de arquitetura e suas normas de representação, bem como a métodos e técnicas de desenho, julgue os itens a seguir.

- 6 A representação de hachuras é feita com linhas contínuas estreitas.
- 7 Em desenho técnico, a cota de nível em osso é a cota de nível que não considera a espessura do revestimento nem de seu substrato.
- 8 Se for projetado um seguimento de reta oblíquo em relação a um plano, essa projeção apresentará o mesmo tamanho que o seguimento projetado no plano.
- 9 O laudo técnico de um projeto deve conter a discriminação das atividades técnicas, das especificações e dos métodos construtivos a serem empregados na obra.
- 10 Um dos princípios fundamentais da perspectiva cônica é que cada conjunto de linhas paralelas tem seu próprio ponto de fuga.

Com base na Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), julgue os itens a seguir.

- 11 O plano diretor é obrigatório aos municípios que desejarem aplicar os instrumentos de política urbana previstos na Constituição Federal de 1988, tais como a concessão de direito real de uso e a usucapião especial urbana.
- 12 O estudo de impacto de vizinhança (EIV), definido em lei municipal, deve incluir a análise de questões relativas ao patrimônio cultural.
- 13 O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- 14 A ordenação e o controle do uso do solo são estabelecidos como diretrizes gerais da política urbana e têm como objetivo, entre outros, a retenção de imóveis urbanos como forma de estimular o desenvolvimento econômico das cidades.
- 15 Se uma empresa utiliza o subsolo de um terreno por escritura pública registrada, sem adquirir a propriedade do terreno, configura-se hipótese de concessão do direito de superfície; por outro lado, se uma empresa é autorizada pelo plano diretor do município a construir acima do coeficiente básico mediante contrapartida, configura-se hipótese de outorga do direito de construir.

No que se refere ao estudo de impacto ambiental (EIA), ao relatório de impacto ambiental (RIMA) e ao procedimento de licenciamento ambiental, julgue os itens que se seguem.

- 16 O EIA deve refletir as conclusões do RIMA, devendo este relatório ser elaborado em conformidade com a legislação ambiental.
- 17 No procedimento de licenciamento ambiental, deve constar certidão da prefeitura municipal que declare a conformidade do empreendimento com a legislação de uso e ocupação do solo.
- 18 Um projeto de rodovia com duas faixas de rolamento poderá ser licenciado com a anuência do órgão gestor da malha viária, sem necessidade de elaboração de EIA ou de RIMA.

Acerca da habitação de interesse social e do direito à moradia digna, julgue os itens subsequentes.

- 19 A Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável estabelece, entre suas metas, que os países garantam, até 2030, o acesso universal à habitação segura, adequada e a preço acessível.
- 20 O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) foi instituído com o objetivo de ampliar o acesso à moradia da população de menor renda, sendo exemplos de políticas alinhadas a esse objetivo os programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Verde e Amarela.

Em relação ao parcelamento do solo urbano, julgue os próximos itens, conforme a Lei n.º 6.766/1979.

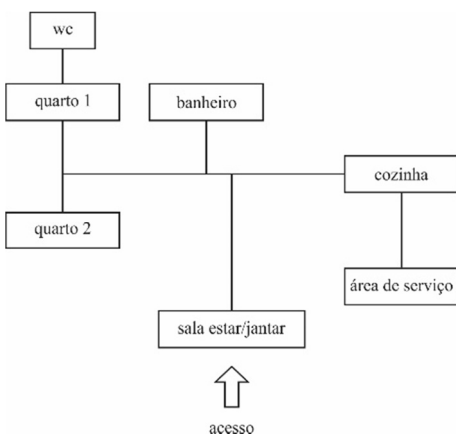
- 21 Nos loteamentos, as áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários devem ser proporcionais à densidade de ocupação, sendo exemplos de equipamentos comunitários as escolas, e exemplos de equipamentos urbanos as redes de abastecimento de água.
- 22 Define-se desmembramento como a subdivisão de gleba com abertura de novas vias de circulação ou a modificação de vias públicas, enquanto o loteamento se caracteriza pelo aproveitamento do sistema viário existente, sem criação de novas vias.
- 23 A infraestrutura básica mínima dos parcelamentos em zonas habitacionais de interesse social (ZHIS) deve contemplar iluminação pública, assim como nos demais parcelamentos urbanos.

A respeito de conceitos e práticas relacionados à infraestrutura urbana, julgue os itens que se seguem.

- 24 No sistema de abastecimento de água, a captação consiste no conjunto de estruturas que conduz a água bruta até os reservatórios por meio de adutoras, como nos aquedutos romanos.
- 25 O sistema viário é considerado o mais sensível e mais oneroso entre os sistemas urbanos, pois sua eficiência depende da integração com a rede de drenagem pluvial.
- 26 Se determinado município definir, em seu plano de resíduos sólidos, que, para as empresas fabricantes e comerciantes de pneus, a logística reversa será realizada de forma voluntária, essa prática estará em conformidade com os padrões sustentáveis de produção e consumo propostos pela Agenda 2030 da ONU.

Julgue os itens que se seguem, em relação a programa de necessidades/fluxograma, modulação e racionalização da construção.

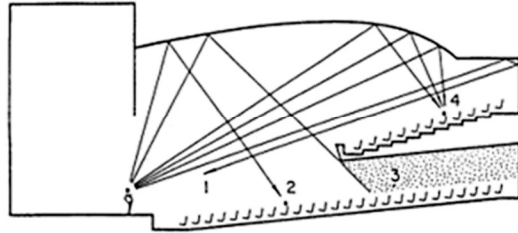
- 27 Para tornar mais flexível a compatibilização dos elementos construtivos, é importante a adoção de multimódulos convenientes ao uso e à solução construtiva; o uso de multimódulos com o maior número de divisores aumenta as possibilidades de compatibilização de elementos e componentes construtivos de diferentes tipos, funções e origens.
- 28 A imagem a seguir corresponde ao fluxograma projetual de uma residência com dois quartos, dois banheiros, uma suíte, uma área de serviço e uma sala integrada à cozinha.



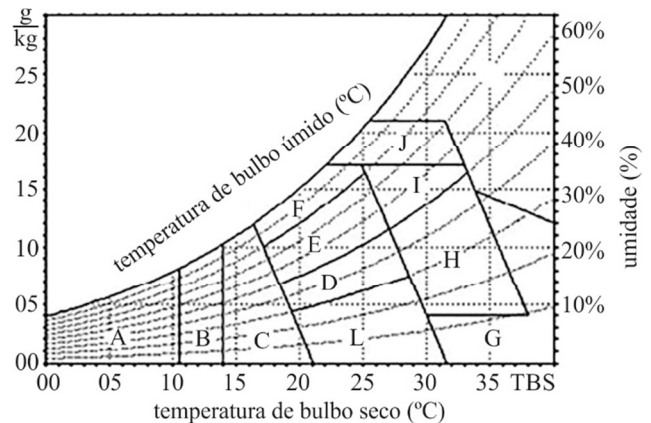
- 29 Desprovida de agregado graúdo e com uma armadura constituída por uma malha muito fina, de telas de aço, a argamassa armada é um tipo de concreto armado adequado à moldagem de peças bastante delgadas, pois, além de o consumo de cimento e ferro por metro cúbico ser menor, as peças de argamassa armada consomem menos material por metro linear.

Acerca de conforto ambiental, julgue os itens subsequentes.

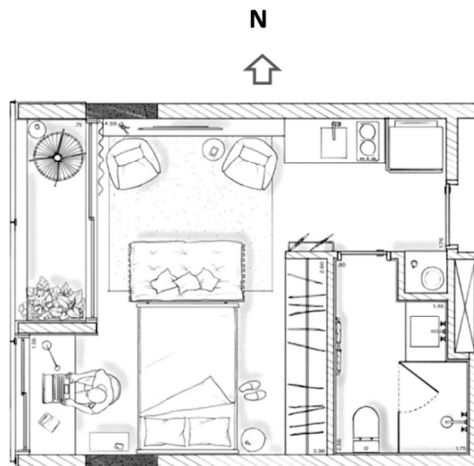
- 30 Na imagem a seguir, que representa o corte de uma sala de conferências, o número 1 corresponde às reflexões tardias; o 2, ao eco; o 3, à sombra acústica; e o 4, à concentração sonora.



- 31 De acordo com a carta bioclimática a seguir, é correto afirmar que, nas zonas A e B, há necessidade de aquecimento, respectivamente artificial e solar; nas zonas D e E, predomina o conforto térmico; e as zonas G, H e I carecem de refrigeração natural ou artificial.



- 32 Considerando-se que a planta a seguir represente uma suíte de hotel situado na cidade de Porto Alegre, cuja latitude aproximada é de 30°, é correto concluir que a mesa de trabalho só recebe luz natural durante o verão.

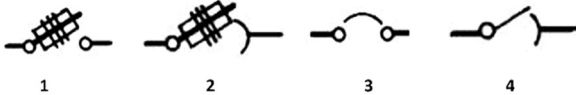


Julgue os itens subsequentes, tendo como referência as normas NBR 15.575:2010 e NBR 9.077:2001.

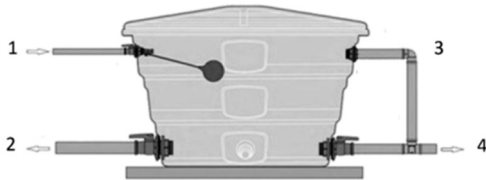
- 33 Em um edifício, a largura das saídas de emergência, das escadas e das rampas deve ser dimensionada em função do número total de pessoas que ocupam a edificação.
- 34 *Retrofit* consiste no processo de restauração de um edifício com vistas à manutenção de suas características originais e, conseqüentemente, a preservação de seu valor como patrimônio histórico.

Julgue os próximos itens, em relação à leitura e interpretação de projetos complementares para edifícios.

- 35 Nas imagens a seguir, que correspondem a símbolos gráficos para instalações elétricas, os números 1 e 2 identificam chaves seccionadoras que possuem fusíveis, enquanto os números 3 e 4 identificam chaves seccionadoras com abertura sem carga e em carga, respectivamente.

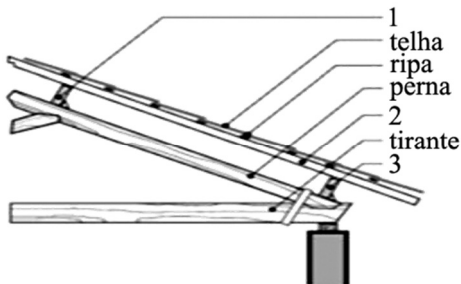


- 36 No esquema de uma caixa d'água a seguir, os números 1 e 2 correspondem, respectivamente, aos pontos de entrada e de saída de água; o 3, ao extravasor, ou ladrão; e o 4, ao ponto destinado à limpeza da caixa.



A respeito de projetos de edifícios, julgue os itens a seguir.

- 37 Na figura a seguir, que representa o corte de um telhado, o número 1 corresponde à terça; o 2, ao frechal; e o 3, ao caibro.



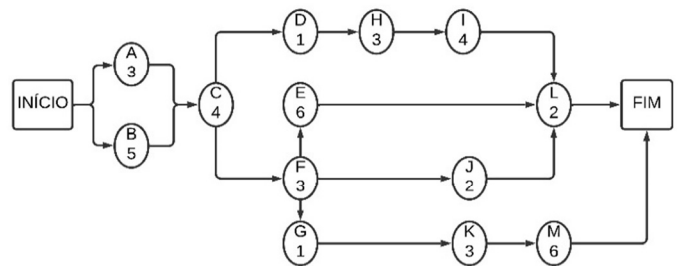
- 38 A propriedade conferida pela impermeabilização para impedir a penetração ou a passagem de fluidos pela cobertura é denominada estanqueidade.

ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	CUSTO	%	% ACUMULADA
1	MATERIAL	AÇO 10 MM CA-50	KG	8.400,00	63.840,00	37,55%	37,55%
2	MATERIAL	CIMENTO PORTLAND	KG	40.000,00	25.600,00	15,06%	52,61%
3	MATERIAL	AÇO 6,3 MM CA-50	KG	2.100,00	17.850,00	10,50%	63,11%
4	MATERIAL	TÁBUA DE MADEIRA	M²	416,67	14.583,33	8,58%	71,69%
5	EQUIPAMENTO	PERFURATRIZ MECANIZADA	H	36,00	7.200,00	4,24%	75,93%
6	MÃO DE OBRA	ENCARREGADO	H	120,00	5.400,00	3,18%	79,10%
7	MÃO DE OBRA	SERVENTE	H	360,00	5.310,00	3,12%	82,23%
8	MÃO DE OBRA	ARMADOR	H	240,00	4.560,00	2,68%	84,91%
9	MÃO DE OBRA	CARPINTEIRO	H	240,00	4.560,00	2,68%	87,59%
10	MATERIAL	AREIA LAVADA	M³	28,00	4.200,00	2,47%	90,06%
11	MATERIAL	BRITA 0	M³	18,00	2.520,00	1,48%	91,54%
12	MATERIAL	BRITA 1	M³	18,00	2.340,00	1,38%	92,92%
13	MÃO DE OBRA	PEDREIRO	H	120,00	2.280,00	1,34%	94,26%
(...)							
435	-	-	-	-	-	-	100,00%

Considerando que a tabela precedente representa uma curva ABC de orçamento de determinada obra, julgue os próximos itens.

- 39 Caso o orçamentista da obra consiga obter um desconto de 10% nos três insumos de maior relevância orçamentária da tabela, a economia atingida superará o custo total de todos os insumos não relacionados na tabela (itens 14 a 435).
- 40 A classificação disposta na tabela apresentada permite a identificação dos serviços de maior relevância orçamentária.
- 41 Os dez insumos de maior relevância orçamentária representam, aproximadamente, 90% do custo total da obra em questão.

O diagrama de rede apresentado a seguir relaciona 13 atividades que devem ser executadas para a conclusão de uma reforma. Os números indicados em cada uma das atividades representam, em semanas, suas respectivas durações.



Considerando a metodologia PERT/CPM de planejamento de atividades e as informações do diagrama de rede precedente, julgue os itens a seguir.

- 42 Se houver um atraso de três semanas na atividade I, o prazo total para a conclusão da reforma será afetado.
- 43 O caminho crítico para o início da atividade L é composto pela sequência B-C-F-E-L, sendo necessário um período mínimo de 18 semanas para que L seja iniciada.

No processo de fiscalização e acompanhamento de uma obra, um profissional tecnicamente habilitado foi designado para realizar ensaios de controle tecnológico durante a execução de estruturas de concreto armado, objetivando a verificação de parâmetros técnicos do projeto vinculados à consistência e à resistência à compressão do concreto utilizado. Esse profissional deve analisar e aprovar os critérios adotados pela empreiteira para conferência do concreto, que está sendo preparado e fornecido por uma empresa especializada em serviços de concretagem.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes.

- 44** Na formação de lotes para a realização de ensaios de resistência à compressão, o profissional responsável deverá observar o volume de concreto, o número de andares concretados e o tempo necessário para a execução dos serviços.
- 45** O ensaio de consistência deverá ser realizado na primeira betonada do dia e sempre que a concretagem for interrompida por um período superior a duas horas.

Acerca da regulamentação das atividades e atribuições do arquiteto e urbanista, julgue os itens a seguir.

- 46** Fora das hipóteses em que a realização do registro de responsabilidade técnica (RRT) é imposta ao arquiteto e urbanista pela legislação, o RRT não poderá ser utilizado como simples meio de comprovação de autoria e registro de acervo.
- 47** É dever do arquiteto e urbanista acompanhar a implantação ou execução de projeto ou trabalho de sua autoria, pessoalmente ou por meio de preposto especialmente designado, com a finalidade de averiguar a adequação da execução ao projeto ou à concepção original.
- 48** A emissão de laudos de inspeção sobre atividades insalubres e o desenvolvimento de projetos de sistema de proteção contra incêndios configuram atividades legalmente atribuídas aos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo necessário, contudo, o registro do título complementar de engenheiro de segurança do trabalho em um dos conselhos de arquitetura e urbanismo dos estados ou do Distrito Federal (CAU/UF).

Determinada universidade pública do estado do Rio Grande do Sul está construindo um novo *campus* multidisciplinar em uma área de expansão urbana. O projeto arquitetônico foi aprovado por órgãos públicos e inclui prédios acadêmicos, auditório, biblioteca, restaurante universitário, áreas de convivência e um centro esportivo.

A partir da situação hipotética apresentada e das disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), julgue os itens a seguir.

- 49** Suponha que a biblioteca será instalada em uma antiga estação ferroviária tombada como patrimônio histórico e sem adaptações para acessibilidade. Nesse caso, por se tratar de patrimônio histórico tombado, a universidade estará isenta de realizar obras de acessibilidade no local.
- 50** Para garantir a acessibilidade comunicacional do auditório a ser construído, a universidade deverá, entre outras medidas, investir em um sistema de som adequado e oferecer assentos reservados a pessoas com deficiência, devidamente sinalizados, estrategicamente localizados perto de corredores e distribuídos em todos os setores, em locais com boa visibilidade.
- 51** O Estatuto da Pessoa com Deficiência determina que a concessão do alvará de funcionamento para as atividades da universidade está condicionada ao cumprimento de, pelo menos, 80% das regras de acessibilidade definidas no projeto executivo da obra.

- 52** Considere que o projeto preveja o total de 1.500 vagas de estacionamento de veículos no novo *campus*. Nesse caso, deverão ser reservadas para pessoas com deficiência 60 vagas, as quais deverão ser localizadas próximo aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com dimensões adequadas.

Julgue os itens seguintes à luz da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007) e do Novo Marco do Saneamento Básico (Lei n.º 14.026/2020).

- 53** O Novo Marco do Saneamento Básico estabelece que os planos de saneamento básico sejam compatíveis ou com os planos das bacias hidrográficas ou com os planos diretores dos municípios em que estiverem inseridos.
- 54** A Lei n.º 11.445/2007 faculta às novas edificações condominiais a individualização da medição do consumo hídrico por unidade imobiliária.
- 55** Os municípios brasileiros têm a obrigação de aderir a blocos regionais para prestação de serviços de saneamento básico.
- 56** Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a dez anos.
- 57** A infraestrutura de saneamento de projetos urbanísticos e de parcelamento do solo urbano deve considerar a meta de universalização do acesso aos serviços de água potável e de coleta e tratamento de esgotos estabelecida pelo Novo Marco do Saneamento Básico para até o último dia do ano de 2033.

Com base na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n.º 12.587/2012), julgue os itens subsequentes.

- 58** O planejamento urbano municipal pode priorizar investimentos em vias para veículos particulares, desde que haja crescimento econômico comprovado e exista um plano de mobilidade urbano.
- 59** Entre os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estão incluídas a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social, além de melhorias nas condições urbanas das populações no que se refere à acessibilidade e à mobilidade.
- 60** O plano de mobilidade urbana deve contemplar, além da acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, os polos geradores de viagens.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010), julgue os itens que se seguem.

- 61** Projetos de arquitetura e urbanismo voltados a empreendimentos habitacionais de interesse social devem considerar critérios de logística reversa de resíduos de construção civil.
- 62** No planejamento urbano, os estados devem apoiar e priorizar as iniciativas dos municípios relativas a soluções consorciadas ou compartilhadas entre dois ou mais municípios para a disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- 63** O plano diretor municipal deve conter diretrizes específicas para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, sendo isso uma condição para o acesso a recursos da União destinados a projetos de limpeza urbana.
- 64** Empreendimentos e atividades geradoras de resíduos sólidos, inclusive obras de urbanização e edificações públicas, devem ter planos de gerenciamento de resíduos sólidos compatíveis com os planos municipais de gestão integrada, quando estes existirem.

No que se refere a licitações públicas, julgue os itens a seguir, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

- 65** Anteprojeto é a peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico.
- 66** A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos restringe as modalidades de licitação a pregão, concorrência e leilão, bem como os procedimentos auxiliares da contratação a pré-qualificação, diálogo competitivo, regimento cadastral e credenciamento.
- 67** Em licitações que envolvam recursos oriundos de empréstimo de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições peculiares à seleção e à contratação constantes de normas e procedimentos desse organismo, desde que sejam exigidas para a obtenção do empréstimo, não conflitem com os princípios constitucionais em vigor, sejam indicadas no respectivo contrato de empréstimo e tenham sido objeto de parecer favorável do órgão jurídico do contratante do financiamento previamente à celebração do referido contrato.
- 68** Em licitações que envolvam recursos provenientes de doação de agência oficial de cooperação estrangeira, não podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais, ainda que já internalizados no ordenamento jurídico pátrio pelo Congresso Nacional.
- 69** Não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que tenha sido, a qualquer tempo, condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 70** Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade do contrato administrativo será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis.
- 71** Necessário à contratação de bens e serviços, o termo de referência é um documento em que deve constar, entre outros parâmetros e elementos descritivos, a definição do objeto, incluindo sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.
- 72** Em contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da administração pública, a manifestação prévia ou a licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital.
- 73** O julgamento por técnica e preço considerará fatores subjetivos relacionados à qualidade constantes do termo de referência, a partir das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

A respeito de contratos administrativos de obras públicas, julgue os itens que se seguem, com base na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- 74** São necessárias, em todo contrato, cláusulas que estabeleçam as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, excetuando-se as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento.
- 75** Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, é admitido o regime de contratação semi-integrada, no qual o contratado é responsável por desenvolver o projeto executivo.
- 76** Em serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, é permitido ao contratado compartilhar recursos materiais disponíveis de uma contratação para a execução simultânea de outros contratos.
- 77** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com um rol de documentos que inclui, entre outros, a justificativa de preço.

Considerando a legislação aplicável às contratações públicas e à concessão e permissão de serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

- 78** Conforme dispositivo incluído na Lei n.º 14.133/2021, consideram-se adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra ou a entrega do bem, ou parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.
- 79** Na contratação de obra pública, o gestor ainda pode optar por seguir a Lei n.º 8.666/1993 ou a Lei n.º 14.133/2021, conforme o permitido em período de transição.
- 80** De acordo com a Lei n.º 8.987/1995, na verificação do atendimento das condições fixadas no edital de licitação para concessão de serviço público, caso o licitante mais bem classificado seja inabilitado, imediatamente será reaberto o processo de classificação até que o primeiro colocado seja habilitado.

Julgue os itens a seguir, relativos a controle interno e auditoria financeira.

- 81** Se o auditor considerar necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto divulgado nas demonstrações contábeis que o fez modificar sua opinião, ele deve incluir parágrafo de ênfase no seu relatório.
- 82** Se o auditor identificar que uma deficiência significativa de controle interno comunicada em auditoria anterior aos responsáveis pela governança e à administração não foi corrigida nem qualquer medida tendente a corrigi-la foi tomada, será necessário, na comunicação do exercício corrente, repetir a comunicação anterior.

Um auditor pretende utilizar inteligência artificial generativa (IAG) em dois momentos de uma auditoria operacional realizada em um programa social destinado a comunidades quilombolas: na análise de informações obtidas em diferentes fontes e na redação dos achados de auditoria.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 83** O auditor deve revisar as informações geradas pela IAG, ainda que elas pareçam convincentes, pois os modelos de IAG podem gerar informações inverossímeis, elevando, portanto, o risco de imprecisão no relatório de auditoria.
- 84** No desenvolvimento dos achados de auditoria, a partir dos resultados da análise das informações feita com auxílio de IAG, o auditor deve atentar à possibilidade de ocorrência do viés de exclusão, que ocorrerá caso as comunidades quilombolas tenham sido sub-representadas ou excluídas do conjunto de dados utilizado no treinamento da IAG.
- 85** O auditor deve evitar a anonimização dos dados pessoais dos beneficiários do programa social, para não comprometer o desempenho do modelo de IAG.
- 86** O uso de IAG contribui para a imparcialidade do relatório de auditoria, pois, desde que treinadas com grandes volumes de dados, as ferramentas de inteligência artificial generativa não reproduzem tendências humanas discriminatórias, como racismo.
- 87** Para garantia da clareza dos papéis de trabalho da auditoria feita com auxílio de IAG, basta que o auditor registre a informação de que neles a análise de dados foi feita pela IAG, cujos procedimentos de pesquisa não estão sujeitos a requisitos de transparência.

Com base nas normas aplicáveis às auditorias realizadas no âmbito dos tribunais de contas, julgue os itens que se seguem.

- 88** Na atividade de identificação e avaliação do risco de distorção relevante em auditoria financeira, o auditor deve considerar o risco inerente, isto é, o risco de que os controles internos não previnam ou não detectem erros ou distorções.
- 89** Em auditoria operacional, o auditor, por meio da atividade de acompanhamento, analisa as ações corretivas adotadas pela entidade auditada ou por outra parte responsável.
- 90** Na auditoria operacional, o plano de auditoria elaborado pelo auditor visa garantir a coleta de evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- 91** Na auditoria de conformidade, ao estabelecer a materialidade, o auditor pode considerar fatores não quantitativos.

Julgue os próximos itens de acordo com as práticas de auditoria governamental e governança pública.

- 92** Ao preparar o relatório de auditoria operacional, o auditor deve-se basear no princípio da tempestividade, que implica não relatar atos e fatos referentes a exercícios financeiros não abrangidos no escopo da auditoria.
- 93** Na auditoria financeira, a responsabilidade primária pela prevenção e pela detecção de fraude é do auditor, que deve avaliar se o sistema de controle interno é adequado.
- 94** O controle social organizado é um exemplo típico de instância externa de apoio à governança pública.
- 95** No relatório de auditoria operacional, é requisito fundamental o rigor técnico, incompatível com a linguagem simples, cujo uso, por esse motivo, não é recomendável, devendo o auditor adotar linguagem técnica.
- 96** Evitar o risco é uma das opções de tratamento de riscos, que consiste em transferir ou compartilhar uma parte do risco, mediante contratação de seguros ou terceirização de atividades das quais a organização não tem suficiente domínio.
- 97** A documentação da auditoria de conformidade deve ser detalhada, de modo que, ao analisá-la, um auditor experiente, mesmo sem ter qualquer conhecimento anterior da auditoria, compreenda o resultado dos procedimentos executados.

Ao realizar auditoria de conformidade em uma unidade básica de saúde (UBS), a equipe de auditoria constatou que apenas três dos cinco vigilantes previstos no contrato de terceirização atuavam efetivamente na UBS.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 98** Cabe ao supervisor da auditoria verificar se os procedimentos de auditoria foram aplicados conforme previstos e avaliar as evidências do achado, as quais, no caso, podem incluir documento de registro da escala de trabalho dos profissionais terceirizados que atuam na UBS.
- 99** Caso tenha havido pagamentos indevidos em decorrência da aprovação de faturas que não refletiam a efetiva quantidade de vigilantes em atuação na UBS, será cabível a responsabilização do agente público que tiver atestado tais faturas, o qual deverá ser incluído na matriz de responsabilização, com a descrição de sua ação, dolosa ou culposa.
- 100** Na auditoria em questão, as cláusulas do contrato dos serviços terceirizados de vigilância na UBS podem compor os critérios da auditoria registrados na matriz de achados.

Espaço livre